



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. I (2000)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Descobrimientos e a Expansão Ultramarina Portuguesa. Um olhar Historiográfico diverso

Amélia Polónia 

Como Citar | How to Cite

Polónia, Amélia. 2000. «Descobrimientos e a Expansão Ultramarina Portuguesa. Um olhar Historiográfico diverso». *Anais de História de Além-Mar* I: 9-32. <https://doi.org/10.57759/aham2000.46971>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2000. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2000. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

DESCOBRIMENTOS E A EXPANSÃO ULTRAMARINA PORTUGUESA

UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO DIVERSO¹

por

AMÉLIA POLÓNIA *

Algumas reflexões críticas têm dominado as análises centradas na historiografia contemporânea dos descobrimentos e da expansão portuguesa. A falta de uma perspectiva geo-económica, integradora do estudo das realidades civilizacionais com que os exploradores europeus contactaram; a carência de boas biografias de personalidades-chave na dinâmica expansionista; a ausência de uma perspectiva integradora do projecto português numa causalidade contextual europeia; a falta de estudos sobre as instituições da expansão e sobre as políticas imperiais portuguesas; a pouca abundância de estudos sobre os espaços económicos e civilizacionais envolvidos na aventura expansionista europeia; a precariedade de abordagens focalizadas nas motivações e protagonismo dos vários grupos sociais da sociedade portuguesa; a ausência de trabalhos sobre a organização jurídica do comércio, da colonização e do domínio político ultramarino, a par de lacunas notórias em áreas relacionadas com categorias operatórias, conceitos e valores condicionantes da apropriação e das representações mentais dos novos referentes antropológicos e civilizacionais, foram apontadas por Vitorino Magalhães Godinho há 10 anos como áreas sub-exploradas pelo labor historiográfico português².

A despeito das numerosas edições que, patrocinadas pela C.N.C.D.P. e financiadas por editoras comerciais, surgiram no mercado nacional, e apesar da publicação de novas sínteses historiográficas motivadas por algumas das preocupações enunciadas, muitas destas áreas de debate

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ O presente artigo apresenta, no essencial, as linhas gerais de um projecto de investigação apresentado a provas de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Janeiro de 2000.

² GODINHO, V. Magalhães, *Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990.

continuam pouco documentadas. Do mesmo modo, um outro domínio, enunciado pelo mesmo investigador como lacunar, o do estudo dos portos marítimos portugueses nos séculos xv a xvii, continua por desbravar. Desafiados por estas considerações e motivados pela convicção de que a averiguação do envolvimento dos diversos portos marítimos portugueses no projecto expansionista conhece especificidades que importa não descurar, envolvemo-nos, nos últimos anos, num projecto de investigação concebido tendo em vista a elaboração de uma dissertação de doutoramento. O caminho seguido foi, assim, por necessário, individual, e centrado num espaço e tempo muito precisos: o porto de Vila do Conde no século de Quinhentos.

Resultou desse trabalho a tese de doutoramento intitulada – *Vila do Conde no século XVI – Um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*³. O que agora nos propomos é, não só sumariar os vectores axiais desse projecto (objectivos, estrutura de desenvolvimento e metodologia), os quais entendemos constituírem um olhar diverso sobre o processo expansionista português, centrado numa perspectiva local e interna, mas também evidenciar as dificuldades, interrogar as limitações e questionar as virtualidades de um caminho de investigação.

1. Objecto e objectivos

A definição do objecto, Vila do Conde enquanto porto marítimo, reflecte, na verdade, uma das opções nucleares: a do prosseguimento de uma abordagem centrada na micro-história, na análise «microscópica» de um pequeno espaço geográfico, com o intuito, não de elaborar uma monografia global sobre o mesmo, mas de o estudar na estrita relação que estabelece com a dinâmica de expansão ultramarina portuguesa.

A abordagem secular desenvolvida visou, por sua vez, averiguar, num espaço restrito, ciclos e tendências e apreender os ajustamentos e o redireccionamento de respostas e iniciativas, ao mesmo tempo que procurou medir as consequências internas de dinâmicas e convulsões que caracterizaram o século xvi. Concluído o ciclo das grandes descobertas, com a chegada ao Brasil, em 1500; iniciado o ciclo áureo da Rota do Cabo; estendida a presença portuguesa ao Extremo Oriente; consolidada a sua afirmação no continente africano, o século xvi consubstancia um dos momentos áureos do processo expansionista português, mas congrega também os maiores testes e desafios a essa dinâmica. Estes aplicam-se, de forma interactiva, a três níveis: 1. à capacidade estatal de gerir administrativa, financeira e logisticamente um império multidimensional, ao mesmo tempo que procura resistir às apetências e concorrência de outras potências europeias; 2. às

³ POLÓNIA, Amélia, *Vila do Conde. Um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, Porto, 1999 (Dissertação de doutoramento policopiada).

estruturas do poder local e à sua capacidade de responder às solicitações e desafios impostos pelos novos tempos e, em simultâneo, às transformações endógenas provocadas, em particular em vilas e cidades costeiras, pela mobilização de gentes para esse processo; 3. à iniciativa individual, obrigando-a a redefinir estratégias de intervenção e de investimento financeiro e a adaptar-se a mercados e a sistemas económicos com novas regras e mecanismos funcionais.

Este é, na verdade, o século em que estruturas de poder e indivíduos são sujeitos às maiores convulsões históricas: aquelas provocadas pelo apogeu de um processo com consequências económicas, religiosas, sociais, demográficas, culturais, civilizacionais indiscutíveis, mas também as que decorrem dos inevitáveis ajustamentos que surgem em resposta às crises suscitadas pelo subsequente declínio de tendências, projectado na retracção da presença portuguesa no Norte de África; no declínio do ciclo das especiarias e da própria Rota do Cabo; no incremento do corso e da pirataria que desestrutura a normalidade das rotas de navegação ultramarina; na substituição da liderança portuguesa no domínio dos mares e das rotas comerciais intercontinentais; e nos próprios ataques militares a espaços coloniais portugueses em África e no Brasil levados a cabo por Holandeses na dobragem do século.

Do ponto de vista do ângulo de análise, desviámos, por opção, o enfoque da perspectiva nacional para a local, e subalternizámos as averiguações em torno das estruturas do poder central e do protagonismo desempenhado pela capital, privilegiando a apreensão de contribuições específicas, incorporadas em estruturas espaciais e políticas restritas e delimitadas. Em essência, o que investigámos foi a hipótese de, face a idênticas problemáticas contextuais e desafios conjunturais, poderem ser accionados procedimentos e mecanismos concretos de resposta que identificassem perfis de actuação que pudessem definir, no contexto global do reino, particularidades locais, regionais ou categoriais, accionadas por comunidades com características espaciais, económicas, demográficas e sociais afins. Sendo consensual a ideia de que o protagonismo de Lisboa neste particular processo não pode ser idêntico ao da cidade do Porto, de Viana ou de Peniche, e de que a área geográfica de Entre-Douro-e-Minho assume especificidades de desempenhos em relação a outros espaços do reino, importava que se accionassem inquéritos particularizados que delimitassem os diversos tipos de contributos.

Em concreto, os vectores que condicionaram as indagações que lançámos ao burgo marítimo de Vila do Conde, centraram-se em quatro questões básicas: 1.^a a de conhecer o real envolvimento de um porto de mar nessa particular dinâmica de projecção ultramarina, respectivas especificidades, tendências e ciclos; 2.^a a de equacionar os principais factores condicionantes desse comprometimento; 3.^a a de perceber os reflexos internos dessa dinâmica; 4.^a a de questionar o seu particular protagonismo no todo nacional.

No pressuposto de que a individualidade do núcleo condiciona a especificidade do contributo, importava, em primeiro lugar, captar as características do espaço, das estruturas político-económicas e da comunidade humana, no intuito de identificar os condicionalismos do processo em estudo; em segundo lugar, identificar e dimensionar o suporte logístico desse envolvimento; em terceiro lugar, avaliar a efectiva dimensão e os particulares mecanismos de intervenção desse espaço no processo em estudo e, por fim, captar as repercussões internas dessa dinâmica, de modo a ponderar o real impacto exercido por essa projecção ultramarina numa pequena comunidade de vocação essencialmente marítima, como se apresentava ser a de Vila do Conde no tempo em estudo. Estes macro-objetivos condicionaram os caminhos da investigação.

2. Fontes e bibliografia

A pesquisa foi desenvolvida segundo duas linhas de abordagem complementares: uma que visava o estudo a nível local, isolando corpos documentais que projectassem a específica realidade de Vila do Conde; a outra que almejava a contextualização desse espaço na realidade nacional, procurando aferir, numa perspectiva relativa, e sob o olhar das fontes produzidas por ou ligadas ao poder central, os papéis desempenhados por esse espaço numa dinâmica de contornos e projecção nacional. Servimo-nos, prosseguindo este segundo intuito, em particular da documentação da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino. Foram pesquisados, no primeiro arquivo, e numa perspectiva secular, as chancelarias régias, de D. João II a Filipe III, as Gavetas, o Corpo Cronológico, o Núcleo Antigo, os Livros das Ementas e a documentação inventariada sob o designativo de «Feitoria Portuguesa de Antuérpia», a par da documentação do Conselho de Guerra e do Desembargo do Paço relativa às estreitas faixas cronológicas coincidentes com o âmbito temporal do trabalho. Aí pesquisámos também, e no fundo da Inquisição de Coimbra e de Lisboa, processos judiciais relativos a gentes da vila em estudo, no pressuposto, comprovado, de que parte da força económica envolvida pertencia à comunidade de cristãos novos ⁴.

⁴ Note-se que alguns destes fundos documentais haviam já sido tratados por outros investigadores. Foram, porém, retomados a partir do nosso particular enfoque de investigação, revendo levantamentos de dados e perspectivas de análise, ou aprofundando abordagens específicas da realidade de Vila do Conde que nesses outros trabalhos, e por estratégias analíticas perfeitamente legítimas, haviam sido tratados de forma menos desenvolvida. Referimo-nos, em concreto, aos dados coligidos nos livros de registo da Casa Portuguesa da Feitoria Portuguesa de Antuérpia, já parcialmente publicados por RAU, Virgínia, *Estudos sobre a história do sal português*, Lisboa, Presença, 1984, e por COSTA, Leonor Freire, *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia, 1997; aos processos da Inquisição de Coimbra, já integrados na massa processual analisada por MEA,

Levantámos, no Arquivo Histórico Ultramarino, os registos do Conselho Ultramarino atinentes a Vila do Conde e, de entre múltiplos fundos documentais relativos aos diversos espaços ultramarinos cotejámos, para faixas cronológicas pertinentes, eventuais registos ou documentos relativos a esse burgo, com particular incidência na documentação do Brasil.

À falta de um sistemático tratamento de indexação temática e/ou geográfica da documentação destes arquivos, este tipo de pesquisa revelou-se, pela extensão dos fundos documentais envolvidos, morosa, difícil e, porventura, lacunar nos resultados conseguidos. Procurar, em milhares ou dezenas de milhar de registos, e segundo critérios meramente cronológicos ou, quando muito, onomásticos, referências a um particular espaço geográfico do reino revelou ser tarefa insana. O mesmo se diga da pesquisa efectuada no Archivo General de Simancas, a qual incidiu em particular nos fundos das *Secretarias Provinciales. Portugal e Guerra y Marina* nos reinados de Filipe II, Filipe III e Filipe IV. Com exclusão do fundo *Guerra y Marina* relativo ao reinado de Filipe III, para que há catálogo indexado, os restantes núcleos exigem uma pesquisa exaustiva, unidade a unidade, a qual demanda um investimento de tempo incompatível com o calendário e as estratégias definidas para o projecto individual e a termo certo. Impõe-se, à luz do que outros países têm já em curso, o envio de equipas de trabalho que, de uma forma sistemática, inventariem a documentação sobre Portugal aí existente, já que aquela que se encontra inclusa na Filmoteca Ultramarina Portuguesa não responde, senão em parte, às solicitações de investigação nacionais.

Quanto ao particular envolvimento de portos de mar na dinâmica de expansão ultramarina, estudo para que seria preciosa a documentação das Casas da Guiné, Mina e Índia, deparamo-nos com as dificuldades ou, porventura, impossibilidades consabidas, tributárias afinal dos destinos conhecidos para a globalidade da documentação destas instituições. Não apenas feridos pela habitual erosão secular, estes corpos documentais foram dilapidados pelo terramoto de 1755 e posteriores incêndios e inundações, que teriam subtraído às ciências históricas parcelas valiosíssimas da memória quinhentista e seiscentista. Uma política de património menos cuidada e um trabalho arquivístico responsável pelo fraccionamento e dispersão dos fundos documentais persistentes assumirão a restante quota-parte de responsabilidade pelo panorama documental conhecido para este tempo e matéria.

Aos poucos livros de registo destas instâncias de poder que nos foi possível consultar no A.N.T.T., na sua maior parte incluídos nos fundos

Elvira Cunha de Azevedo, *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1997, ou ainda aos processos de pedidos de indemnização por ataques de corso franceses tratados por FERREIRA, Ana Maria, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995. Destes reproduzimos e analisámos com maior exaustão aqueles relativos a Vila do Conde existentes no A.N.T.T.

do chamado *Núcleo Antigo*, outras limitações são impostas, nomeadamente pela global ausência de menções à naturalidade ou residência dos agentes de navegação aí mencionados. O mesmo se diga da documentação relacionada com a constituição de armadas para a Índia; dos assentos do Conselho Ultramarino⁵; das nomeações régias para cargos técnicos a desempenhar nas armadas ou no Ultramar, registados nos livros de chancelaria⁶; das menções contidas nos livros de receita e despesa das várias praças do Norte de África ou das feitorias da costa ocidental africana⁷; do conteúdo dos chamados Livros das Monções, ou das muitas centenas de cartas de privilégio atribuídas por serviços prestados no Ultramar, nomeadamente em praças militares ou armadas da Índia, África ou Brasil⁸. Este panorama documental tão pouco animador para o investigador da história local que busca, no anonimato da documentação da administração central, referências específicas a um espaço concreto, conhece, porém, algumas brechas. Os livros de registo da *Feitoria Portuguesa de Antuérpia*⁹ são uma dessas poucas exceções, a que somaríamos os registos de exame de pilotos para as várias carreiras ultramarinas, efectuados entre 1596 e 1648 e insertos nos equivocadamente chamados *Livros das Ementas*, sobre os quais já nos debruçámos num outro lugar¹⁰. Nesse mesmo grupo se situam ainda os *Livros das Portarias do Reino*, ou os *Livros de Matrículas*, nos quais se podem respigar, em assentos efectuados a partir de 1640, *curricula* de numerosos

⁵ Referimo-nos aos múltiplos processos de nomeação de técnicos de navegação e capitães para as armadas régias insertos nos numerosos códices do Conselho Ultramarino, fundo do Arquivo Histórico Ultramarino.

⁶ São, na verdade, numerosos esses actos de nomeação, pesquisados desde o reinado de D. Manuel. A regra, praticamente sem excepção, é, de facto, a inexistência de qualquer menção à naturalidade ou residência do nomeado.

⁷ São, na verdade, numerosos estes exemplares no Núcleo Antigo, como fica patente do seu inventário publicado por LEAL, Maria José da Silva, *Fundos de Arquivos. 2. Núcleo Antigo*, «Nova História. Século XVI», dir. A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, Ed. Estampa, n.º 1, Junho de 1984, pp. 151-159.

⁸ A par destas cartas de privilégio, que se encontram registadas nas chancelarias régias, atente-se, ainda, nas chamadas «Cartas de Serviços», róis circunstanciados de informações, geralmente sobre desempenhos pessoais no Oriente, de grande valor para o estudo, tanto de percursos pessoais de náuticos e militares, quanto dos contextos político-militares em que se desenvolvem, as quais se encontram disseminadas, quer pelas Gavetas quer pelo Corpo Cronológico. Veja-se, a título de exemplo, aquelas publicadas por ALBUQUERQUE, Luís de, e COSTA, José Pereira da, *Cartas de «Serviços» da Índia (1500-1550)*, «Mare Liberum», n.º 1, Lisboa, C.N.C.D.P., 1990, pp. 309-396. Documentação desta natureza encontra-se ainda, sob o título «Cartas Missivas», integrada no Núcleo Antigo sob os números 870-881. Todos os fundos documentais citados se encontram no A.N.T.T.

⁹ A.N.T.T. – Feitoria Portuguesa de Antuérpia. Referimo-nos, em particular, aos livros 1 e 4.

¹⁰ A.N.T.T. – Livros das Ementas. O estudo estatístico dos registos citados deu origem a uma publicação centrada nos desempenhos e distribuição geográfica dos náuticos examinados. *Vd.* POLÓNIA, Amélia, *Mestres e Pilotos das Carreiras Ultramarinas (1596-1648): Subsídios para o seu estudo*, «Revista da Faculdade de Letras. História», II Série, Vol. XII, Porto, 1995, pp. 271-353.

agentes que prestaram serviços técnicos e militares, invocados para a solicitação de mercês régias ¹¹. Uma parcela, ainda que não especialmente significativa, desses registos informa-nos, através de um índice toponímico, da naturalidade de alguns desses requerentes.

Fundos como o *Corpo Cronológico* ou as *Gavetas*, aberrações arquivísticas insanáveis, porque organizadas como simples colecções cronológicas de documentos, continuam a integrar informação valiosíssima de muito difícil recuperação. Se a publicação e inventariação das *Gavetas* ¹² mediatiza um acesso, se não rápido e eficaz, pelo menos possível, a alguma da informação aí contida, já o *Corpo Cronológico* continua a revelar-se um labirinto impercorrível. A sumariação de que o investigador dispõe, lacunar e frequentemente incorrecta, o insucesso de balbuciantes projectos de informatização do tratamento documental desses fundos, e o facto de, para o nosso estudo, um acesso directo ao documento envolver uma pesquisa num universo de muitos milhares de registos, inviabilizou uma cabal utilização desse fundo. Pesquisas por amostragem revelaram-se ineficazes, e a multiplicidade de arquivos e fundos documentais a consultar determinou que se abandonasse a investigação desse núcleo, assumindo a perda de valiosa informação que porventura pudesse proporcionar-nos, nomeadamente sobre a identificação de desempenhos de técnicos de navegação naturais e/ou residentes no porto em estudo.

Para avaliar a eventual projecção das gentes de Vila do Conde para espaços ultramarinos e áreas económicas e territoriais sob jurisdição espanhola, globalmente conhecidas como Índias de Castela, prosseguiram-se averiguações no Archivo General de Indias, em Sevilha, através das quais se pretendeu captar estratégias comerciais e de emigração que passassem pelas competências e alçada da Casa da Contratação de Sevilha. Os numerosos autos de bens de defuntos que aí identificámos confirmaram a existência e a regularidade dessas relações, do mesmo modo que apontaram para uma realidade que importa estudar de forma articulada e extensiva a mais vastas áreas metropolitanas: a da existência de um significativo envolvimento de gentes portuguesas, em particular naturais de Entre-Douro-e-Minho, nesse processo de projecção comercial e fixação humana nas Índias Ocidentais.

Para clarificar o particular envolvimento da urbe com espaços insulares portugueses e espanhóis, objecto paralelo de investigação, envolvendo os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias, recorreu-se, em primeiro lugar, a bibliografia produzida por investigadores locais que abarcassem a

¹¹ Tanto as chamadas «Portarias do Reino» quanto os «Livros de Matrículas» apresentam, mediante *curricula* que se descrevem, mercês atribuídas por serviços prestados. Nestes dois núcleos documentais encontramos abundantes referências à naturalidade/residência dos visados.

¹² *As Gavetas da Torre do Tombo*, publ. A. da Silva Rego, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.

presença de emigrantes e sua naturalidade. Desta destacamos, para os Açores, os trabalhos de João Marinho dos Santos¹³, Olímpia Gil¹⁴ e de António dos Santos Pereira¹⁵. Abordou-se, para além das obra de Gaspar Frutuoso¹⁶ e do Padre Manuel de Azevedo da Cunha¹⁷, múltiplas fontes publicadas e analisadas nos prestigiados *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*¹⁸ e no *Arquivo dos Açores*¹⁹. Consultaram-se, para a Madeira, os trabalhos de Alberto Vieira²⁰, José Manuel Azevedo²¹ ou as obras de estudo e divulgação documental de Fernando Jasmins Pereira²². Entre os trabalhos de investigação que nas Canárias se produziram sobre essa matéria centrámo-nos nos de Anaya Hernandez²³, Bonnet²⁴, Lobo Cabrera²⁵, Martin Socas²⁶, Perez Vidal²⁷, Torres Santana²⁸ ou Charles

¹³ SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos séculos XV e XVI*, 2 vols., S. Miguel, Universidade dos Açores/ Centro de Estudos Gaspar Frutuoso (1989).

¹⁴ GIL, Maria Olímpia da Rocha, *O arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos sócio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, 1979.

¹⁵ PEREIRA, António dos Santos, *A Ilha de S. Jorge (sécs. XV-XVII). Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

¹⁶ FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1963.

¹⁷ CUNHA, Manuel de Azevedo da, P.º, *Notas Históricas*, 2 vols., Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.

¹⁸ *Boletim Cultural do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo.

¹⁹ *Arquivo dos Açores*, 15 vols., Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980-1983. Reprodução fac-similada da edição de 1878-1959.

²⁰ VIEIRA, Alberto, *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI. Madeira, Açores e Canárias*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987. Citemos ainda, deste autor, o relevante *Guia para a história e investigação das ilhas atlânticas*, Funchal, 1995.

²¹ SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Madeira e a construção do mundo atlântico (Séculos XV-XVII)*, 2 vols., Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1995.

²² PEREIRA, Fernando Jasmins, *Documentos sobre a Madeira no século XVI existentes no Corpo Cronológico. Análise documental*, 2 vols., Lisboa, A.N.T.T., 1990; *Estudos sobre a história da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

²³ ANAYA HERNANDEZ, L. A., *Las minorias en la historia de Canarias*, «VII Colloquio de Historia Canaro-Americana (1986)», Las Palmas, 1990, t. I, pp. 30-57.

²⁴ BONNET, S. F., *Familias portuguesas en la Laguna del siglo XVII*, «Revista de Historia Canaria», 93-94, 1951, pp. 111-118.

²⁵ *Los grupos humanos en la sociedad canaria del siglo XVI*, Las Palmas, 1979; *El comercio entre Portugal y Canarias en el Quinientos. Estudio aproximado*, «Revista de Historia Económica e Social», Lisboa, 1987, pp. 1-16.

²⁶ MARTIN SOCAS, M., *Sobre los oficios desempeñados por los portugueses establecidos en Canarias en el primer cuarto del siglo XVI*, «VII Colloquio de Historia Canaro-Americana (1986)», Las Palmas, 1990, t. I, pp. 60-75.

²⁷ PEREZ VIDAL, J., *Los portugueses en Canarias. Portuguesismos*, Las Palmas, 1991.

²⁸ TORRES SANTANA, E., *Lanzarote y Portugal continental. 1600-1640*. «X Colloquio de Historia Canaro-Americana (1992)», Las Palmas, 1994, t. II, pp. 297-318.

Verlinder²⁹. A pesquisa arquivística que desenvolvemos no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo e na Biblioteca e Arquivo Municipal de Ponta Delgada³⁰ revelou-se, à falta de índices de sistematização geográfica e de matérias, e face às grandes lacunas documentais para as fatias cronológicas em estudo, globalmente infrutífera. Excepção, apenas, para o fundo designado como *Colecção Ernesto do Canto*, do qual não coligimos, porém, também informações pertinentes sobre a presença no arquipélago de naturais de Vila do Conde ou acerca de relações económicas entre esses dois espaços.

A abordagem desenvolvida em torno de fundos documentais locais apresentou, como se compreende, resultados de maior extensão e pertinência. A documentação municipal, actas de vereação, livros de receita e despesa do concelho, livros de lançamentos de impostos sobre bens de consumo (sisas gerais e imposição sobre a carne e o vinho) ou bens de transacção imobiliária (sisas sobre bens de raiz), assim como aqueles lançados tendo em vista a construção e preservação de infra-estruturas de acesso terrestre e marítimo (livros de receita e despesa da ancoragem e pranchagem) revelaram-se de grande valor para o delinear do quadro da administração e gestão concelhia; para a percepção das reais potencialidades territoriais, financeiras, sociais e económicas do município que Vila do Conde sediava; e para a definição da estrutura sócio-profissional da sua população. Estes mesmos núcleos revelaram-se de igual modo determinantes para o esclarecimento de questões como as da marginalidade social, prostituição, ilegítimos e expostos, ou sobre o fenómeno da escravatura, do mesmo modo que apresentam grandes questões em debate, centrais para os destinos da urbe: o problema da travessia do rio Ave, da edificação de cais ou do melhoramento da navegabilidade do rio e acessibilidade do porto, ou aquelas relativas ao aproveitamento dos recursos fluviais.

Outros fundos de produção local, que se encontram sob tutela do Arquivo Distrital do Porto, revelaram-se de igual modo determinantes, desta feita para configurar a realidade demográfica, social e económica do burgo. Referimo-nos aos livros de registo paroquial e ao cartório notarial. São consabidas as limitações destes fundos documentais, em particular do primeiro, as quais se tornam notórias através de uma simples crítica de fontes. Cobrindo cronologias tardias e registos não concertados entre baptismos, casamentos e óbitos, o cartório paroquial proporciona-nos séries lacunares, registos distorcidos (veja-se a global ausência dos assentos de óbitos de menores, limitativa a uma cabal reconstituição dos índices de mortalidade, de *ratios* entre eventos demográficos e da mortalidade infantil

²⁹ VERLINDER, Charles, *Le rôle des portugais dans l'économie canarienne au début du XVI^e. siècle*, «Homenaje a E. Serra Rafols», La Laguna, Universidad de La Laguna, s.d., t. III, pp. 411-426.

³⁰ Aqui pesquisámos, ainda que de forma não exaustiva, os fundos da Câmara Municipal de Ponta Delgada; Tabelionato; Paroquial; Judicial; Arquivos de Famílias e Colecções.

e juvenil) e uma global ausência de menções a estatutos profissionais dos intervenientes, facto que obriga a utilizar fontes alternativas, como os censos fiscais ou mesmo os registos notariais, para uma mais rigorosa aproximação à realidade sócio-profissional.

O fundo notarial revelou-se, pelo contrário, um esteio de fundamental importância. Pesquisado e tratado de forma exaustiva desde 1560, data do primeiro livro subsistente, e até 1620, data que definimos como limite das nossas averiguações, este fundo proporcionou, através de cerca de 4500 registos, o quadro mais articulado das dinâmicas sociais e económicas da comunidade em estudo, assim como das estratégias financeiras, sociais e económicas accionadas pelos seus agentes. Através dele procurou-se, como complemento a outros núcleos documentais, reconstituir o universo dos técnicos de navegação, pilotos, mestres e mareantes, assim como a comunidade dos mercadores e respectivas áreas de intervenção e de investimento; as principais opções em termos de negócios e transacções ultramarinas; os níveis de actividade dos estaleiros navais; a frota naval; os mecanismos de transporte e fretamento de embarcações; as principais rotas de navegação e comércio; as tendências e fluxos de emigração ultramarina; as estratégias financeiras e os níveis de investimento; as estratégias matrimoniais e de endogenia profissional; o protagonismo de mulheres, esposas e mães de pilotos, mareantes e mercadores e mesmo os índices de alfabetização, de pilotos e mareantes, e de determinados segmentos do universo feminino.

A sua análise evidenciou, é certo, os limites de natureza cronológica, temática e sociológica impostos a esta tipologia documental. Sabemos que para além dos registos de actos públicos aí patenteados, muitos outros, envolventes de agentes pertencentes a estratos económicos mais débeis, baseados em procedimentos verbais e tendo a confiança como base contratual esca-pam à análise. Admitimos que múltiplos segmentos profissionais e sociais se manifestam de forma marginal a este registo, o qual implicava, à partida, a capacidade de remunerar um serviço. Sabemos os limites impostos ao estudo da alfabetização em núcleos desta natureza. Para as potencialidades e limitações destes fundos documentais nos alertam, de resto de forma pertinente, os trabalhos de Jean-Paul Poisson³¹, de Antonio Eiras Roel³², ou as Actas do Colóquio de Toulouse de 1990 subordinadas a essa temática³³.

A despeito destas limitações, o universo que neles se reflecte revelou-se, no tocante à realidade que pretendemos isolar, de uma riqueza

³¹ POISSON, Jean Paul, *Notaires et société. Travaux d'histoire et de sociologie notariale*, Paris, Economica, 1985.

³² EIRAS ROEL, Antonio, *De las fuentes notariales a la historia serial: una aproximación metodológica*, in «Aproximación a la investigación histórica através de la documentación notarial», Murcia, Cuadernos Seminario «Floridablanca», n.º 1, 1985.

³³ *Problèmes et méthodes d'analyse historique de l'activité notariale (XV^e-XIX^e siècles)*. Actes du Colloque de Toulouse (15-16 Septembre 1990), dir. Jean L. Laffont, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1991.

inquestionável. As lacunas cronológicas com que nos deparamos constituem, porventura, a maior limitação a uma rigorosa análise de tendências na longa duração, já que o declínio de resultados quantitativos poderá decorrer não de uma efectiva retracção de dinâmicas, mas da inexistência do seu registo.

De igual modo precioso para a investigação se revelou um fundo privado, o do Mosteiro de Santa Clara, senhorio da vila até aos anos 1540. Repartido, segundo critérios arquivísticos arbitrários, pelo A.N.T.T. e pelo Arquivo Distrital do Porto, este fundo documental revelou potencialidades insuspeitadas. A lamentar, como lacuna, apenas a da documentação da alfândega desta casa monástica, secular senhorio da vila e privilegiada usufruidora dos seus recursos financeiros e receitas tributárias. Ainda que não substitutiva desta documentação, assinale-se a importância revelada pelos livros de receita e despesa da alfândega régia, coexistente com aquela outra até 1550, relativos aos anos 1504 e 1505³⁴, e aos de 1527 e 1532, todos existentes no A.N.T.T., ou do seu primeiro Livro de Registo Geral, pertencente ao arquivo da Alfândega de Lisboa. Através deles se procurou aferir, ainda que de forma parcelar, o movimento comercial do porto de Vila do Conde, e o universo daqueles que aí eram tributados, do mesmo modo que através das publicadas cartas de quitação das suas receitas³⁵, dos orçamentos gerais do reino³⁶ e de informações esparsas e inéditas, se procurou calcular a tendência evolutiva dos seus rendimentos.

Por fim, reserve-se uma especial menção aos contributos aduzidos pelo Arquivo da Misericórdia de Vila do Conde, o qual se revelou de consulta imprescindível em matérias que envolvem formas de representação cultural, práticas de piedade, presença de referentes ultramarinos no quotidiano, mas também nucleares para aprofundar os resultados obtidos no cartório notarial acerca de fenómenos de natureza social e económica articulados com a projecção ultramarina. Referimo-nos às consequências das ausências masculinas, às formas de protagonismo feminino, às atitudes e valores accionados perante os escravos e a escravatura. Mas apontamos também para informações que esclarecem níveis de riqueza, estratégias de aplicação de capitais ou para a constituição de genealogias profissionais.

A consulta exaustiva dos livros de receita e despesa, dos actos de eleição, dos livros de registo geral, dos livros de registo de irmãos e de todos os

³⁴ Publ. por PEREIRA, João Cordeiro, *Para a história das alfândegas em Portugal no início do século XVI. Vila do Conde. Organização e movimento*, Lisboa, Universidade Nova – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1983.

³⁵ FREIRE, Braamcamp, *Cartas de quitação de D. Manuel e Os Cadernos de assentamento*, «Arquivo Historico Portuguez», vols. I a X, *passim*.

³⁶ PEREIRA, João Cordeiro, *A receita do estado português no ano de 1526. Um orçamento desconhecido*, in «Estudos de História de Portugal», vol. II, Sécs. XVI-XX, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques», Lisboa, Estampa, 1984, pp. 52-55, e *O orçamento do estado português no ano de 1527*, «Nova História. Séc. XVI», dir. A. H. de Oliveira Marques, n.º 1, 1984, pp. 62-65.

processos de instituição e gestão de capelas, em que avultam numerosos testamentos, muitos dos quais de pilotos, mareantes, mercadores ou fidalgos mercadores, e inventários de bens, valiosos pela sua raridade, proporcionaram, de facto, uma abordagem articulada de matérias que dificilmente poderiam ser tratadas a partir dos restantes fundos documentais citados.

A articulação de todos estes núcleos documentais de produção local permitiu, na verdade, tecer uma teia em que os nomes ganham rosto, e em que é possível seguir ciclos de vida, por vezes por mais do que uma geração, identificar relações sociais, vivências económicas, comportamentos religiosos accionados por um mesmo indivíduo ou família, e assim reconstituir segmentos vivenciais que nos aproximam, ainda que de uma forma fragmentária, do quotidiano vivido. As informações coligidas poderiam ter-nos levado a prosseguir uma extensão natural da dissertação: a elaboração de biografias, as quais, de forma individualizada, concretizariam percursos, ilustrariam estratégias e mecanismos de intervenção e apontariam apetências e prioridades identificadas como características de determinados segmentos sócio-profissionais. A este enfoque preferiu-se, porém, o anonimato, resultante de uma análise serial que isola grupos mais do que indivíduos, que destaca tendências, mais do que comportamentos ou atitudes individuais. Esta opção condicionou a metodologia seguida ao longo do projecto de investigação.

3. Modelos de análise e opções metodológicas

Não fomos, nas interrogações e metodologias seguidas no tratamento das fontes enunciadas, imunes a influências proporcionadas por modelos de abordagem monográfica de vilas e cidades da época moderna, em particular daqueles que desenvolvem o estudo de núcleos urbanos marítimos, nacionais e estrangeiros. A análise prosseguida não decalcou, todavia, nenhuma dessas sugestões em particular, já que nenhuma delas respondia, plenamente, ao inquérito que orientou o plano de trabalho. Foram consultadas, porém, as obras clássicas de Jean Delumeau³⁷, de Bartolomé Bennassar³⁸, de Pierre Vilar³⁹ ou de Pierre Chaunu⁴⁰, a par de numerosas outras monografias de portos bretões, espanhóis e dos Países Baixos. Em busca de modelos de análise, mas também de algum paralelismo com o

³⁷ DELUMEAU, Jean, *Rome au XVIe. siècle*, Paris, Hachette, s.d.

³⁸ BENNASSAR, Bartolomé, *Valladolid en el siglo de Oro. Una ciudad de Castilla y su entorno agrario en el siglo XVI*, Valladolid, Ambito Ediciones, 1989.

³⁹ VILAR, Pierre, *Cataluña en la España Moderna*, 3 vols., Barcelona, Ed. Crítica, 1988.

⁴⁰ CHAUNU, Pierre, *Séville et l'Amérique. XVI^e-XVII^e siècles*, Paris, Flammarion, 1977 e, com a mesma colaboração de Huguette Chaunu, a obra *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*, 12 vols., Paris, SEVPEN, 1955-1960.

dinamismo de Vila do Conde, consultámos múltiplos estudos, de que poderemos destacar, por sugestão, Armel de Wismes⁴¹; Elisa Ferreira Priegue⁴²; Jean-Pierre Bardet⁴³; Josette Pontet Fourmigue⁴⁴; Jacqueline Guiral-Hadziiossif⁴⁵; A. Diaz, A. Pons e J. Serna⁴⁶ ou Stéphane Curveiller⁴⁷, para além das obras colectivas dirigidas por Philippe Wolff⁴⁸ e Thierry Paquot⁴⁹. A estes deveremos ainda acrescentar os estudos, ricos em sugestões metodológicas, de Alain Cabantous⁵⁰.

Foram ainda cotejados os trabalhos produzidos sobre portos, vilas e cidades portuguesas, em busca, quer de modelos de sistematização dos dados, quer de informações e de quadros que pudéssemos comparar com aqueles que viéssemos a apurar para Vila do Conde. Avultam, entre esses, os já clássicos títulos de António de Oliveira⁵¹ e de Joaquim Romero de Magalhães⁵². A esses deverão ser adicionados uma série de outros que, através de diferentes enfoques, tratam a realidade municipal nas suas dimensões

⁴¹ WISMES, Armel de, *La vie quotidienne dans les ports bretons aux XVII^e et XVIII^e siècles. Nantes, Brest, Saint Malo, Lorient*, Paris, Hachette, 1973.

⁴² FERREIRA PRIEGUE, Elisa, *Galicia en el comercio marítimo medieval*, Santiago de Compostela, Fundação «Pedro Barrie de la Maza»/ Universidade de Santiago, 1988.

⁴³ BARDET, Jean-Pierre, *Rouen aux XVII^e et XVIII^e siècles. Les mutations d'un espace social*, vol. 1, Paris, SEDES, 1983.

⁴⁴ FOURMIGUE, Josette Pontet, *Bayonne, un destin de ville moyenne à l'époque moderne (fin du XVII^e siècle milieu du XIX^e siècle)*, Biarritz, J&D Editions, 1990.

⁴⁵ GUIRAL-HADZIOSSIF, Jacqueline, *Valencia. Puerto Mediterráneo en el siglo XV (1410-1525)*, Valencia, Edicions Alfons el Magnànim, Institució Valenciana d'Estudis I Investigació, 1989.

⁴⁶ DIAZ, A.; PONS, A.; SERNA, J. – *La construcción del puerto de Valencia. Problemas y métodos (1283-1880)*, Valencia, Ayuntamiento de Valencia, 1986. Sobre os portos espanhóis, veja-se, ainda, o catálogo de exposição intitulado *Puertos Españoles en la Historia*, Madrid, Ministerio de Obras Publicas, Transportes y Ambiente, 1994.

⁴⁷ CURVEILLER, Stéphane, *Dunkerque. Ville et port de Flandre à la fin du moyen âge à travers les comptes de baillage de 1358 à 1407*, Lille, Presses Universitaires de Lille (1989).

⁴⁸ WOLFF, Philippe, *Guide International d'Histoire Urbaine 1. Europe*, Paris, Éditions Klincksieck, 1977.

⁴⁹ RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry, dir., *Villes et civilization urbaine. XVII-XX siècles*, Paris, Larousse, 1992.

⁵⁰ CABANTOUS, Alain, *Aspects des structures démographiques des populations maritimes de la France aux XVII^e et XVIII^e siècles. Actes du Colloque «Les traditions maritimes»*, Quebeque, 1985, pp. 433-445; *Histoire de Dunkerque*, Toulouse, 1983; *Migrations frontalières au XVIII^e Siècle. «101^e. Congrès National des Sociétés Savantes»*, 1979, pp. 19-37; *Mutations économiques et sociales de Dunkerque pendant la guerre de Amérique*, «Revue du Nord», 1980, pp. 579-590; *Religion et monde maritime au Havre au XVII^e siècle*, «Annales de Normandie», 1983, pp. 3-20, e, em particular, *Deux mille marins face à l'océan. Les populations maritimes de Dunkerque au Havre aux XVII^e et XVIII^e Siècles (vers 1660-1794). Etude sociale*, Paris, Publisud, 1991.

⁵¹ OLIVEIRA, António de, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, «Biblos», Coimbra, vol. 47, 1971.

⁵² MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *O Algarve económico. 1600 a 1773*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Economia, 1986 (Dissert. de doutoramento polic.), e *O Algarve económico. 1600-1773*, Lisboa, Estampa, 1988.

urbanística, administrativa e financeira; aqueles que estudam os quadros económicos, demográficos e sociais de diversas vilas e cidades na época moderna; ou ainda os que em particular visam o estudo de portos de mar no seu envolvimento com a vida marítima ou as navegações. Cite-se, entre as primeiras, as obras de Maria Ângela Beirante⁵³, José Viriato Capela⁵⁴, Miguel Sopas⁵⁵, António de Pinho⁵⁶ ou Francisco Ribeiro da Silva⁵⁷. Apon-temos, entre as segundas, as contribuições de Manuel António Fernandes Moreira⁵⁸, Lourenço Alves⁵⁹, Maria Alfreda Cruz⁶⁰, Mariano Calado⁶¹, Bernardino Amândio⁶² ou, numa perspectiva geográfica mais vasta, as de José Manuel Azevedo e Silva⁶³, João Marinho dos Santos⁶⁴ e Maria Olímpia da Rocha Gil⁶⁵. Não poderíamos, por fim, deixar de referir os contributos das numerosas obras de António Cruz sobre a cidade, a vida municipal do Porto e o seu envolvimento nas navegações ultramarinas⁶⁶.

Os particulares contributos bibliográficos incidentes sobre Vila do Conde e Azurara não foram também esquecidos, ainda que, mais do que modelos de trabalho ou bases metodológicas de referência, se constituíssem como fonte de informação sistematizada sobre o espaço e a realidade concelhia que nos propúnhamos abordar. Destaquemos, em primeiro lugar, a obra de

⁵³ BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha, *Santarém Quinhentista*, Lisboa, s.n., 1981.

⁵⁴ CAPELA, José Viriato, *O município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira*, «Bracara Augusta», Braga, vol. 41, 1988/89.

⁵⁵ BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992 (dissertação de mestrado polic.).

⁵⁶ PINHO, António de, *Albergaria a Velha e o seu concelho. Subsídios para a sua história. Documentos e apontamentos. Homens e factos*, Albergaria-a-Velha, 1987.

⁵⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*, 2 vols., Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988.

⁵⁸ MOREIRA, Manuel António Fernandes, *O município e os forais de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Edição da Câmara Municipal, 1986, e *O porto de Viana do Castelo na época dos descobrimentos*, Viana do Castelo, Edição da Câmara Municipal, 1984.

⁵⁹ ALVES, Lourenço, coord., *Caminha e seu concelho. Monografia*, Caminha, Edição da Câmara Municipal, 1985.

⁶⁰ CRUZ, Maria Alfreda, *Caminha. Evolução e estrutura de uma antiga vila portuária*, «Finis-terra», 2 vols., Lisboa, 1967.

⁶¹ CALADO, Mariano, *Peniche na história e na lenda*, Peniche, s.n., 1991.

⁶² AMÂNDIO, Bernardino, *Esposende e o seu concelho na história e na geografia*, 3 fascs., Braga, ASPA, 1994-1996.

⁶³ SILVA, José Manuel Azevedo e, *op. cit.*

⁶⁴ SANTOS, João Marinho dos, *op. cit.*

⁶⁵ GIL, Maria Olímpia da Rocha, *op. cit.*

⁶⁶ Citemos, a título meramente indicativo, de entre a vastíssima obra do autor, os seguintes títulos: *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1967; *O Porto nas navegações e na expansão*, Lisboa, Instituto de Cultura e de Língua Portuguesa, 1983 e, sob a sua coordenação, *O Porto e os Descobrimientos*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1972.

Mons. J. Augusto Ferreira ⁶⁷, pelo valor informativo que integra, através da divulgação de dados, por vezes não cotejados, mas que pudemos confirmar terem sido extraídas do fundo documental do Mosteiro de Santa Clara agora sob tutela do A.N.T.T. Salientemos, em segundo lugar, os contributos de Eugénio Andrea da Cunha Freitas e de Bertino Guimarães, corporizados em duas breves monografias, uma sobre Azurara, outra sobre Vila do Conde ⁶⁸. Apontemos, por fim, os mais recentes trabalhos de Manuel Laranja ⁶⁹ e de António Amorim ⁷⁰, um sobre a vida económica do município no século XVI, o outro sobre as suas estruturas administrativas no século XVII, e ainda a contribuição de José Marques incidente sobre a dinâmica municipal que se destaca do estudo do primeiro livro de vereações existente, do ano de 1466 ⁷¹. Um vasto elenco de apertações pontuais, algumas delas pertinentes, mais pelo valor dos informes documentais que trazem à luz, do que pelo enfoque analítico que desenvolvem, foram cotejadas no *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, I e II Série, na *Ilustração Vilacondense*, no semanário *Renovação*, ou em cadernos culturais da imprensa periódica local, de que destacaremos o *Jornal de Vila do Conde* ⁷². A globalidade da obra de Eugénio Andrea da Cunha Freitas apresentou, por sua vez, em estudos esparsos e difundidos em múltiplas publicações, valiosos contributos, revelando o profundíssimo conhecimento que o autor adquiriu, ao longo de décadas de estudo sobre a vila e o município, mas que, infelizmente, trabalho nenhum sistematizou até hoje de forma coordenada ⁷³.

Coligidas as informações bibliográficas disponíveis, o essencial do nosso trabalho de investigação incidiu, porém, sobre as fontes documentais.

Procurou-se que o massivo recurso a fontes primárias não viesse a significar, em momento algum, sujeição a essas mesmas fontes. A sua diversidade e extensão foi, de resto, motivada pelo enfoque diversificado em que, por opção, centrámos o objecto de estudo. Sobre elas procurou-se

⁶⁷ FERREIRA, Mons., *Vila do Conde e o seu alfoz. Origens e monumentos*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1923.

⁶⁸ FREITAS, Eugénio A. da Cunha; GUIMARÃES, Bertino Daciano R. S., *Azurara. Subsídios para a sua monografia*, Porto, Junta da Província do Douro Litoral, 1948 e *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde*, 1.º vol., Porto, Junta da Província do Douro Litoral, 1953.

⁶⁹ LARANJA, Manuel Reis, *Vila do Conde no século XVI. Alguns documentos subsidiários para a sua história económica*, Coimbra, 1957 (dissert. de licenciatura polic.). Publ. in «Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde», Vila do Conde, II Série, Vol. 9 e sgs.

⁷⁰ AMORIM, António Augusto Gomes, *Vila do Conde no século XVII. Subsídios para a sua história administrativa e económica*, Coimbra, 1971 (Dissert. de licenciatura polic.).

⁷¹ MARQUES, José, *A administração municipal de Vila do Conde em 1466*, «Bracara Augusta», Braga, n.º 83-84, 1983, pp. 5-116.

⁷² Esses contributos pontuais serão referidos ao longo da dissertação, pelo que nos dispensamos de aqui os citar, já que o seu elenco exaustivo, pela sua extensão, se tornaria fastidioso.

⁷³ Encontra-se em preparação uma edição dos estudos do Dr. Eugénio da Cunha Freitas referentes a Vila do Conde, em paralelo ao que já ocorreu com os estudos sobre Azurara.

lançar um olhar problematizante, criticando-as em função das suas lacunas, faltas de rigor ou intencionalidades decorrentes do agente e das circunstâncias de produção. Filtrar as fontes de trabalho dos seus compromettimentos não é, como se sabe, tarefa fácil. Produzidas, muitas delas, pelo poder central, pelo Mosteiro de Santa Clara ou pelas estruturas de poder municipal, comprometidas com objectivos declarados de intervenção, oferecem, com frequência, um quadro distorcido da realidade que só um confronto constante de argumentos e perspectivas evidencia.

A diversidade dos ângulos de análise, impositiva de incursões em domínios tão díspares como o da história das instituições; da gestão municipal; da fiscalidade; da demografia; do urbanismo; da história da família e das dinâmicas sociais; da história económica, englobante do estudo de indústrias como a dos velames e da construção naval, do movimento alfandegário ou das estratégias e mecanismos financeiros que suportam o comércio ultra-marino; dos mecanismos de transporte marítimo; das vias de formação profissional e de consolidação social de carreiras; ou ainda das próprias representações mentais e da cultura material obrigou-nos a assumir incursões em múltiplos domínios metodológicos.

Utilizámos, nessas diversas incursões, uma estratégia de economia de investimentos. Isto é, a profundidade de análise e a complexidade dos procedimentos metodológicos accionados não excederam nunca o estritamente necessário ao estudo da ou das variáveis em avaliação. Isto é, ainda que nos dispuséssemos, em cada um dos campos metodológicos, seguir modelos que em cada uma dessas áreas consideramos pertinentes, não esgotámos, frequentemente, as suas sugestões e potencialidades. Atribuímos-lhes, no fundo, uma funcionalidade operativa: deles nos servimos como referenciais teóricos e como manancial de hipóteses e de procedimentos, aplicando-os de forma estrita ao nível de averiguações que elegíamos como pertinentes ao nosso ângulo de abordagem. Isto aplica-se, de igual forma, à análise demográfica e ao método de reconstituição de famílias, ao estudo da indústria naval, à avaliação dos mecanismos financeiros, ao estudo das estruturas alfandegárias ou ao domínio das representações mentais.

Ainda que com estas opções pudéssemos estar a incorrer numa eventual simplificação de modelos, esta afigurou-se-nos ser a única estratégia possível num projecto de investigação que visa uma perspectiva global e relacionada dos múltiplos segmentos da história vivida. Cremos, de resto, que tal procedimento não é sinónimo de falta de rigor conceptual ou científico. São consabidas as limitações impostas a uma análise em extensão, desenvolvida necessariamente em detrimento de uma perspectiva afinada em profundidade. Ao facultar uma leitura multidisciplinar, e ao prosseguir o objectivo, nunca totalmente cumprido, de delinear um modelo de «história total», alvo tão caro à Escola dos Anales e hoje tão profundamente contestado, o percurso seguido pode incorrer, é certo, em críticas severas, mas proporcionou o delinear, em cortes coevos, do quadro global de um espaço, e de uma comunidade política e humana que directamente interagiu

com um fenómeno tendencialmente estudado numa perspectiva nacional: o da expansão ultramarina quinhentista. O resultado de tal percurso sistematizou-se numa estrutura analítica e expositiva que de seguida se caracteriza.

4. Estrutura de análise

A análise e sistematização dos resultados dividiu-se em duas partes. Na primeira procurámos focalizar a terra perante o desafio da expansão, numa abordagem centrada no espaço, nos homens e nas instituições. Foi nosso propósito avaliar as dinâmicas institucionais e políticas (os poderes tutelares, as transferências de jurisdição, a afirmação institucional da administração concelhia, as estruturas financeiras locais) de modo a perceber a definição político-administrativa do espaço em estudo. Do mesmo modo, tentaremos apreender os condicionalismos intervenientes na consolidação e afirmação deste espaço como estrutura política e financeira capaz de accionar e gerir processos de projecção marítima, comercial e financeira que, extrapolando a estrita área político-institucional, a exigem como estrutura de enquadramento, de controlo de processos, e de afirmação reivindicativa face a outros poderes e a outros espaços do reino.

Procurámos, em segundo lugar, quantificar os homens e tipificar as estruturas demográficas em que se inseriam, equacionando os condicionalismos encorporados pelo componente humano. Neste sentido, foi de importância nuclear o estudo dos fluxos populacionais, dos índices de crescimento populacional, da correlação entre eventos demográficos, a par da avaliação dos índices gerais de mobilidade populacional, articulados com os fenómenos migratórios.

Proseguimos, em terceiro lugar, a intenção de equacionar as características espaciais do concelho, da vila, e em particular do porto de Vila do Conde, as quais se poderão constituir como condicionantes de fenómenos de implantação territorial, de projecção económica e da própria actividade de navegação. Neste último enfoque assumiu particular acuidade o estudo das infra-estruturas portuárias, a par da avaliação das dificuldades de acesso ao porto e da navegabilidade fluvial, em que o fenómeno do assoreamento se destaca.

O traçado destes quadros de referência partiu do pressuposto epistemológico da existência de uma articulação dialéctica entre condicionalismos contextuais, sejam eles de ordem geográfica, política, jurídica, financeira ou demográfica, e as respostas dadas pelas comunidades de homens que por eles são motivados e desafiados. Sem subscrever qualquer perspectiva determinista, e procurando evitar leituras lineares de natureza causal, procuramos apresentar, na I Parte do trabalho, os principais vectores que interferiam nessa dinâmica.

A II Parte, núcleo essencial do projecto, questionou o papel desempenhado pela vila no processo de expansão ultramarina, começando por

identificar o suporte logístico dessa intervenção: embarcações e técnicos de navegação. Procurou-se, assim, aferir a actividade dos seus estaleiros navais, tendo em conta a sua capacidade de resposta a solicitações internas, mas também externas; o perfil da frota naval da vila, identificada a partir do número, mas também da tipologia e volumetria das embarcações que a constituíam e, por fim, o número e ponderação dos vários segmentos profissionais em que se integram os técnicos de navegação. Essa tríplice abordagem, feita numa perspectiva diacrónica, procurou traçar evoluções que se apresentavam como responsáveis ou, eventualmente, como reflexo de tendências de projecção ou declínio do envolvimento em análise.

O segundo componente estrutural desse núcleo expositivo centrou-se na captação e caracterização do efectivo contributo das gentes da vila no processo expansionista a nível de navegação, comércio, evangelização e colonização, de modo a identificar fluxos, apetências, áreas de intervenção e perfis de actuação. Que circuitos de navegação e comércio se afirmam como predominantes? Que produtos de transacção são privilegiados? Que mecanismos financeiros suportam a actividade comercial do porto? Que tipo de vocação preferencial orienta a participação deste porto? Que espaços de fixação ultramarina são privilegiados? Que actividades desempenham os que emigram? Que evoluções diacrónicas e conjunturais conhecem estes fenómenos? Quais destes componentes estiveram na base da projecção e declínio do porto de Vila do Conde? Que tipo de especificidade, se existe, apresenta a actuação deste particular espaço na dinâmica conhecida e estudada para a globalidade do reino?

A intenção de averiguar o impacto interno dessas actividades e desse comprometimento orienta outra das vertentes da investigação, a qual integra o último componente de análise. Essa abordagem parte, ao que cremos, de um enfoque diverso daqueles que tradicionalmente foram seguidos pela historiografia dos descobrimentos e da expansão portuguesa. Com efeito, a atracção pelo estudo das repercussões externas da projecção marítima da Europa e do impacto causado pelo encontro, quando não confronto de culturas, e de civilizações; a necessidade de se definirem ciclos, conjunturas, e de se estudarem em pormenor rotas comerciais e formas de fixação económica e territorial, têm dominado os rumos da investigação portuguesa e europeia sobre a matéria.

A proposta de debate que nos orientou procurou apresentar um olhar diverso sobre o fenómeno da expansão ultramarina. Um olhar acima de tudo voltado para dentro, para o universo que gerou e alimentou todo o processo expansionista, e que não pôde ser imune a transformações demográficas, sociais, económicas, culturais, científicas e mentais dele decorrentes. As populações metropolitanas, em particular aquelas directamente ligadas às navegações oceânicas, porque residentes em burgos marítimos, foram, de facto, alvo de processos de transformação social, traçados na média ou na longa duração, com significativos efeitos de retroacção.

Note-se que não nos referimos apenas aos fenómenos tradicionalmente apontados por uma historiografia que insistentemente agita teses como a a

sangria de gentes, a dos efeitos ruinosos decorrentes da subalternização dos sectores primário e secundário da economia, ou da generalização de hábitos consumistas como caracterizadores de grupos económicos dos quais dependia, em grande medida, o investimento. Pelo contrário, apontamos aqui como áreas de estudo prioritárias aquelas centradas no quotidiano das estruturas populacionais e dos segmentos sociais que alimentaram todo o processo de colonização, navegações e comércio ultramarino.

5. Virtualidades e limites de uma grelha de trabalho

A aferição das potencialidades do modelo de análise e, acima de tudo, da qualidade dos resultados compulsados deverá ser preferentemente efectuada por terceiros, o que não invalida, em nosso entender, o seu cotejo pelo próprio autor. A leitura que de seguida apresentamos assume-se, pois, como uma reflexão de auto-avaliação desenvolvida a partir das expectativas de que se partiu.

A grelha analítica que apresentamos e as metodologias de pesquisa e tratamento de dados que até agora sumariámos revelaram-se consistentes. Os índices de medição e avaliação das realidades em estudo facultaram o cotejo de elementos de resposta pertinentes ao inquérito promovido e possibilitaram o cruzamento de ângulos de abordagem capazes de contribuir para a configuração de um quadro que se quis global, dinâmico e dialéctico. Global ao entrecruzar o político, o económico, o social, o demográfico, o cultural e o mental; dinâmico ao tentar captar a articulação entre esses domínios a partir de um particular ângulo de análise; dialéctico, ao delinear o estudo de um fenómeno, o do envolvimento local na expansão marítima e comercial ultramarina, numa perspectiva que não só caracteriza essa participação, definindo as suas características, ciclos e tendências, mas também a procura interrogar a partir das suas causas e efeitos, ainda que a complexidade histórica nos apresente, com frequência, o conceito operatório de «causa-efeito».

O plano de trabalho revelou-se capaz de identificar os factores geomorfológicos, espaciais, políticos e demográficos que condicionaram, impulsionando, o envolvimento do porto de Vila do Conde no processo expansionista. Do mesmo modo, permitiu sistematizar índices de avaliação da real dimensão desse envolvimento nos domínios de navegação, comércio, colonização e evangelização, ao mesmo tempo que facultou uma aproximação às rotas de navegação e comércio, a par dos destinos de emigração preferenciais. Um cruzamento destes dados com os ciclos e tendências já identificados a nível nacional, sinónimos, por norma, dos sucessos e convulsões sentidos na cidade de Lisboa e protagonizados pelo poder central e pela comunidade de mercadores de grosso trato da capital, possibilitou a discussão de questões como a das diversas estratégias de investimento, dos eixos alternativos de

expansão comercial e colonial, da especificidade de respostas formuladas a nível local e por comunidades marítimas diversas daquelas que dominam os circuitos de poder das grandes urbes: Lisboa, Porto ou mesmo Viana do Castelo.

Tal grelha de abordagem possibilitou, ainda, aferir de que modo, e em que extensão, contextos políticos e militares interferiram nas tendências formuladas em períodos de apogeu no domínio dos mares. O curso e a pirataria, da primeira e segunda metade do século XVI, o declínio da Rota do Cabo, a perda de liderança no mercado comercial e financeiro de Antuérpia, ou a união dinástica, são fenómenos cujas implicações foram interrogadas nesta perspectiva local e microscópica. Para tanto contribuíram os índices de avaliação do movimento de navegação e comércio, para além daqueles que apontam para crises económicas e sociais, símbolos exteriores de riqueza, capacidade de liderança política e sócio-económica do grupo dos «homens do mar» ou movimentos migratórios, de drenagem de efectivos, desenvolvidos em sentido positivo, reveladores da capacidade de atracção de uma vila portuária, ou negativo, manifestando a atractividade de outros pólos, metropolitanos ou ultramarinos, catalisadores de contingentes técnicos e económicos que buscam no exterior o cumprimento de expectativas não concre-tizadas no contexto local.

Interrogadas foram também, e parcialmente respondidas, questões relativas à logística da expansão marítima do porto em estudo, na qual inserimos estudos em torno da construção e frota navais e do universo dos técnicos de navegação.

No primeiro domínio, o da construção naval, foi possível apresentar alguns apontamentos sobre: 1. os níveis de actividade dos estaleiros da vila, aferidos em relação, quer ao número de embarcações quer às tipologias e volumetrias dominantes; 2. a organização industrial do sector, resultantes da discussão de questões em torno dos espaços de construção, do acesso e disponibilização de matérias-primas e da organização profissional do corpo de técnicos que a suportam (extracção social e geográfica, processo de aprendizagem, organização corporativa, progressão na carreira, mobilidade geográfica); 3. a caracterização do universo dos contratadores de embarcações, através do estudo do seu perfil sócio-profissional, capitais envolvidos, vias de financiamento e actividades paralelas desenvolvidas.

Quanto à frota naval, a documentação trabalhada permitiu contar efectivos e captar a sua dimensão volumétrica e diversidade tipológica, assim facultando uma avaliação do seu significado como instrumento logístico, quer em termos absolutos quer relativos, aferidos no cômputo geral do reino. A sua avaliação na diacronia permitiu cruzar as oscilações identificadas com conjunturas marítimas e económicas mais vastas, condicionantes do tráfego marítimo, do mesmo modo que o estudo, feito também na diacronia da sua onomástica, revelou alguns traços de sensibilidade próprios do grupo dos proprietários navais.

As aquisições historiográficas em torno da caracterização do grupo dos «homens do mar», incluindo, em particular, os técnicos de navegação, afiguram-se-nos como das mais gratificantes do trabalho, pela eloquência das fontes quando questionadas sobre este enfoque. Através de estratégias de contagem e distribuição cronológica de efectivos, de distribuição por categorias profissionais, de aferição de mecanismos de formação, progressão na carreira e creditação profissional, cremos ter dado alguns contributos sobre o perfil profissional destes homens. Pela avaliação dos seus desempenhos económicos, níveis de riqueza, estratégias de investimento aproximámo-nos do seu perfil de actuação económica. Pela avaliação do seu efectivo protagonismo político e social dentro de uma pequena comunidade, representação social, estratégias de associação familiar e promoção social, níveis de alfabetização e representações mentais, procurámos avaliar outras facetas, geralmente negligenciadas, na caracterização deste instrumento nuclear da expansão ultramarina.

De igual modo, alguns esclarecimentos foram formulados em torno dos mecanismos comerciais e financeiros próprios de um pequeno porto de mar e de uma restrita e pouco capitalizada comunidade de mercadores: as formas de angariação de capital através do crédito, dos contratos de investimento e da constituição de parcerias e companhias comerciais; as interinfluências e drenagens de capital entre diversas comunidades mercantis, base de discussão de questões relativas à existência de eventuais redes comerciais; os problemáticos processos de emissão e cobrança de letras de câmbio, de câmbio de divisas, de realização (ou não) de seguros, de cobranças de capital a longa distância; a importância da mediação comercial como mecanismo central do negócio; as prioridades subjacentes aos critérios de aplicação e reinvestimento de capital, os traços mais marcantes da mentalidade mercantil própria do universo em estudo apresentam-se como algumas das áreas de discussão desta matéria.

Outro dos domínios documentados com suficiência pelas informações coligidas foi o relativo às implicações internas identificáveis como decorrências directas do envolvimento do porto em estudo na expansão demográfica, marítima e comercial para espaços ultramarinos, a nível urbanístico, social, demográfico, mental, ou da própria civilização material.

Salientemos, a título exemplificativo, as tendências apuradas em torno da estrutura populacional e do sistema demográfico, com alterações identificáveis a nível do saldo vital, intervalos intergenésicos, taxas de celibato feminino e de viuvez precoce, distorção das taxas de masculinidade, ou incremento das taxas de emigração masculina de longa duração. Ou aquelas de natureza familiar e social, que se prendem com fenómenos de instabilidade ou mesmo de marginalidade social causados pelas longas e frequentes ausências masculinas, entre os quais os casos de bigamia, a falta de provimento familiar, a desestruturação de células familiares, ou o reforço dos papéis desempenhados por mulheres de marinheiros, mestres, pilotos e mercadores, que na ausência de seus maridos, assumem, na vida familiar,

como no mundo dos negócios, um protagonismo acrescido e uma projecção assinalável nos universos económico e social ⁷⁴.

Quando interrogados os resultados da investigação em torno de um tópico central da tese que se apresentou como base das perspectivas analíticas desenvolvidas, o da especificidade dos contributos deste particular espaço no todo nacional, algumas limitações, porém, se evidenciam pela dificuldade de se aferir a extensão da aplicabilidade do modelo histórico apurado.

É certo que se conseguiu esboçar um modelo que aponta para formas de participação marítima e estratégias de envolvimento económico próprias, marcadas, não tanto pela dinâmica da armação comercial, mas essencialmente pela do transporte marítimo através do fretamento. Ficou de igual modo provado que a disponibilização de actividades logísticas de apoio, como a construção naval, a par de um significativo número de técnicos qualificados, potenciaram o protagonismo deste pequeno espaço no todo nacional, projectando os seus contributos a um expoente que lhe é desproporcional, tendo em conta a dimensão, espacial e humana, do próprio porto. Apontaram-se algumas opções estratégicas que parecem individualizar-se daquelas conhecidas para núcleos marítimos de vulto de Entre-Douro-e-Minho, como a cidade do Porto, ou Viana do Castelo, ao mesmo tempo que se definiram laços de maior articulação com a cidade de Lisboa.

Muitas questões permanecem, porém, por responder, não tanto, ao que cremos, por incapacidades intrínsecas da grelha analítica, mas pelo facto de esta exigir, em ordem ao estabelecimento de modelos nacionais, a existência de estudos paralelos, com os quais este caso possa ser cotejado. Na verdade, o modelo configurado para Vila do Conde pode ser válido e testado neste particular espaço, mas desconhecemos qual a sua efectiva e paralela disseminação. No pressuposto de que a individualidade do núcleo condiciona a especificidade do contributo, será que tal modelo poderá ser de igual modo identificado em portos como Caminha, Esposende, Figueira da Foz, Peder-neira e Peniche ou, no Algarve, Tavira? Ou tratar-se-á de um caso específico, cujos contornos não sejam repetíveis noutros espaços marítimos? A falta de estudos do mesmo tipo, e de indicadores sobre outras localidades que permitam estudos comparativos inviabiliza a aferição do modelo no todo nacional.

⁷⁴ Esta matéria encontra-se sistematizada, para além da dissertação citada, nos seguintes estudos: *A mulher face à expansão ultramarina. Quotidiano feminino e ausências masculinas. O estudo de um caso: Vila do Conde no século XVI*, «Em torno da História das Mulheres. 2.º Encontro da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres», Porto, 1999 (no prelo); *Women's occupation in maritime societies. Portugal. XVI century* (Comunicação apresentada na European Social Science Conference, Amesterdão, Abril de 2000); *Desempenhos femininos em sociedades marítimas. Portugal – Século XVI* (a publicar in *Mare Liberum*); «Mulheres que partem e mulheres que ficam». *O protagonismo feminino na expansão ultramarina quinhentista* (Conferência proferida no encontro da Associação dos Professores de História Portugal-Brasil: 500 anos. *Que relações?*, Porto, Maio de 2000).

Com efeito, as peças do puzzle que o projecto que aqui se apresenta foi capaz de identificar e posicionar num quadro global e altamente complexo, não reflectem, porventura, senão alguns traços de um modelo, válido para Vila do Conde e compreendido à luz dos condicionalismos espaciais, políticos, demográficos e sócio-profissionais que apontámos para esse burgo, mas que não estamos legitimados a aplicar a outras urbes costeiras, mesmo de Entre-Douro-e-Minho. O que se conhece para a cidade do Porto ou para Viana do Castelo assim o parecem sugerir ⁷⁵.

Em suma, a inexistência de estudos de caso centrados em portos de mar, em número suficiente para serem cotejados entre si, dificulta a percepção de especificidades locais, regionais ou categoriais, e obsta a que se definam modelos-tipo de actuação e participação nesta particular dinâmica da projecção ultramarina. Só uma investigação colectiva e coordenada, dirigida por objectivos e grelhas de recolha e análise idênticas poderia potenciar as virtualidades do projecto de investigação que aqui se apresenta. A própria circunstância, paralela, de a sua concretização presumir o conhecimento global, do ponto de vista geográfico, topográfico, demográfico, político, económico, sócio-profissional e infra-estrutural de cada um dos núcleos em estudo aumenta, em muito, os obstáculos à sua concretização.

Duas linhas de investigação em curso, da responsabilidade do Instituto de História Moderna da Universidade do Porto (IHM-UP), sediado na Faculdade de Letras, poderão, porém, contribuir, através de uma participação convergente, para a discussão das virtualidades da aplicação deste modelo de abordagem aos portos do noroeste. Com efeito, uma das linhas de investigação, subordinada ao tema «Poder e Ordenamento Territorial», ao visar o estudo espacial, infra-estrutural, mas também institucional e político do espaço referido, poderá facultar a sistematização de alguns dos quadros imprescindíveis aos objectivos de pesquisa e interpretação que aqui se promovem, do mesmo modo que a segunda linha de trabalho do mesmo Instituto, intitulada «Os portos marítimos do Noroeste – Evolução nos séculos XVI e XVII» poderá potenciar, em concreto, o estudo de espaços portuários que se estendem de Caminha a Aveiro ⁷⁶.

Do mesmo modo, o projecto mais concreto denominado HISPORTOS, resultante da confluência dessas duas linhas de investigação, ao promover, numa perspectiva multidisciplinar que envolve a História, a Geografia, a Antropologia, a Arquitectura e a Engenharia, para além da Cartografia, o

⁷⁵ Vejam-se, entre outros, os trabalhos de Manuel Fernandes Moreira sobre Viana do Castelo, e os de António Cruz sobre a cidade do Porto. Aguarda-se a apresentação, na Faculdade de Letras do Porto, de uma dissertação de doutoramento, da autoria de Amândio Barros, sobre o envolvimento desta urbe nas navegações e no comércio ultramarino no decurso do século XVI.

⁷⁶ O encontro marcado para os dias 6 e 7 de Novembro de 2000, a efectuar na Faculdade de Letras do Porto, ao contar com a presença de investigadores de história local, para além de académicos, orientados para estudos quer de História quer de Geomorfologia e Cartografia, pretende dar um efectivo contributo para uma discussão aberta sobre esta área de trabalho.

estudo de espaços portuários do específico ponto de vista infra-estrutural, mas também do das estruturas populacionais e das práticas sociais e religiosas, pretende direccionar contributos especializados para um projecto comum que tem os portos do Noroeste como objecto de trabalho. Trata-se, é certo, de desafios só concretizáveis através de um adequado apoio financeiro e da contribuição graciosa e altruísta de investigadores integrados numa carreira, a académica, que continua a promover, acima de tudo, o protagonismo individual em contextos de investigação ainda pouco permeáveis a projectos de participação colectiva e pluridisciplinar, os únicos que poderão reequacionar e ultrapassar os grandes bloqueios sentidos na investigação histórica nacional, mormente aquela direccionada para estudos sobre a expansão ultramarina.